



# **SENADO FEDERAL**

## **PROJETO DE LEI DO SENADO**

### **Nº 357, DE 2013**

Altera o § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para que a ofensa com a utilização de elementos referentes ao estado de saúde seja considerado crime de injúria qualificada.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 140.....

.....

§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa, de estado de saúde ou de deficiência.

.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O Preâmbulo da Constituição Federal de 1988 institui a liberdade e a igualdade como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.

No mesmo sentido, em seu corpo normativo, a Carta Magna estabelece que constituem objetivos da República Federativa do Brasil a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a promoção do bem

de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, IV), tendo ainda como fundamento a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III).

Assim, o preconceito e a intolerância são condutas reprimidas pelo nosso arcabouço constitucional. Além disso, em qualquer situação, sempre deve ser preservada a dignidade da pessoa como ser humano.

Recentemente foi divulgado pela mídia o caso do neto de três anos de idade da coreógrafa Débora Colker, que foi discriminado num voo da companhia aérea Gol por possuir uma doença chamada epidermólise bolhosa, que é genética e não contagiosa. No caso, foi exigido da família um atestado médico para que o avião pudesse decolar.

Situações constrangedoras como essa não podem mais ocorrer. Não se pode, de forma arbitrária e sem qualquer embasamento, discriminar pessoas que apresentam um estado de saúde específico, denegrindo a sua imagem e a sua dignidade.


Ressalte-se, a propósito, que o crime de injúria ocorre quando se ofende a honra subjetiva de uma pessoa, mais especificamente a dignidade ou o decoro, que representa aquele sentimento que cada pessoa tem de si. A dignidade se refere a atributos morais. Por sua vez, o decoro está ligado a atributos físicos, intelectuais ou sociais.

O estado de saúde não deixa de ser uma condição física (decoro) com repercussão nos atributos morais (dignidade). Entretanto, a ofensa com a utilização de elementos referentes à saúde de outra pessoa constitui um fato de maior gravidade, uma vez que está imbuída de preconceito e denigre uma pessoa que já se encontra em estado debilitado pela sua situação médica.

Diante disso, propomos, na forma do presente projeto, que a ofensa preferida com o uso de elementos ligados ao estado de saúde de uma pessoa seja considerada injúria qualificada, com pena majorada na forma do § 3º do art. 140 do Código Penal.

Dessa forma, esperamos contar com o decisivo apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,



Senador HUMBERTO COSTA

**DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.**

Código Penal.

**PARTE ESPECIAL  
TÍTULO I DOS CRIMES CONTRA A PESSOA**

**CAPÍTULO V DOS CRIMES CONTRA A HONRA**

**Injúria**

Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

§ 1º - O juiz pode deixar de aplicar a pena:

I - quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria;

II - no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.

§ 2º - Se a injúria consiste em violência ou vias de fato, que, por sua natureza ou pelo meio empregado, se considerem aviltantes:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)

Pena - reclusão de um a três anos e multa. (Incluído pela Lei nº 9.459, de 1997)

## CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

### **PREÂMBULO**

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

### **TÍTULO I** **Dos Princípios Fundamentais**

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III - a dignidade da pessoa humana;

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

*(À Comissão destinada a proferir parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, Reforma do Código Penal)*

Publicado no **DSF**, de 5/9/2013